

## Redução de impostos piora projeções de déficit e dívida

**Tributação** Economistas reduzem previsão de resultado primário com expectativa de renúncias tributárias

# Mudanças no ICMS provocam revisão de projeções fiscais

Anaís Fernandes  
De São Paulo

A perspectiva de sanção do projeto de lei que estabelece um teto para a alíquota de ICMS sobre certos bens e serviços (o PLP 18), somada à expectativa de novas medidas em que governos teriam de abrir mão de receitas na tentativa de controlar a inflação às vésperas da eleição, tem levado economistas a ajustarem suas projeções fiscais para o Brasil neste e, principalmente, no próximo ano.

Contiados de arrecadação surpreendendo recorrentemente para cima — impulsionados por uma atividade mais forte, pelo preço de commodities em alta e pela inflação elevada —, muitas casas passaram a esperar novo superávit do setor público consolidado em 2022, englobando o governo central (Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central), Estados/municípios e estatais. Ao mesmo tempo, as expectativas para a relação dívida bruta/PIB, que atingiu 89% em 2020 com a pandemia, melhoraram, ficando abaixo de 80% para este ano, auxiliadas ainda por um PIB nominal maior.

Após o resultado primário (receitas menos despesas, sem considerar gastos com juros) do setor público consolidado de R\$ 64,7 bilhões em 2021 (0,75% do PIB), o primeiro positivo desde 2013, o Banco do Brasil esperava um superávit acima de 1% em 2022 e números positivos em 2023 e 2024.

As medidas aprovadas no Congresso nos últimos dias, no entanto, e outras compensatórias aos Estados que zerarem o ICMS sobre o diesel e o gás neste ano, em discussão em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Senado, deverão gerar renúncia na arrecadação do total de R\$ 95 bilhões em 2022, calcula o BB. "Com isso, esperamos um superávit primário de 0,3% em 2022. Para 2023 e 2024 esperamos déficit primário de 0,3% e 0,2%, respectivamente", diz a equipe de assessoramento econômico.

Após a aprovação do PLP 18, o Safra também reduziu sua proje-

ção de superávit primário do setor público consolidado de R\$ 48 bilhões (0,5% do PIB) para R\$ 25 bilhões (0,3% do PIB) em 2022, ao mesmo tempo em que o déficit já projetado para 2023 subiu de R\$ 32 bilhões (0,3% do PIB) para R\$ 81,8 bilhões (0,8% do PIB), devido, principalmente, à perda de receita dos Estados. A projeção de 2022 não contempla a aprovação da PEC compensatória aos Estados, o que ainda acarretaria transferências perto de R\$ 30 bilhões (0,4% do PIB), segundo o Safra.

Considerando apenas o governo central, o BTG Pactual projeta superávit de R\$ 2 bilhões neste ano, mas, com a aprovação do PLP 18, disse que planejava reduzir para um déficit de R\$ 14 bilhões. "E se a chamada PEC dos Combustíveis também for aprovada, então nossa estimativa diminuirá para um déficit de R\$ 37 bilhões", escreveu o economista Fábio Serrano.

Apesar de até considerar parcimoniosas as compensações da União até agora, o Safra antevê deterioração da relação dívida/PIB nos próximos 18 meses. Somando os efeitos fiscais do PLP 18 — que também prevê zerar impostos federais sobre gasolina e etanol neste ano — à dinâmica de endividamento, houve apenas ajuste na estimativa de dívida bruta de 81,2% para 81,3% do PIB em 2022. Para 2023, porém, a previsão passou de 84,6% para 85,4%. A XP, que previa uma dívida/PIB de 78,3% neste ano e de 82,4% no próximo, também já antevia que, no caso de aprovação do PLP 18 e das desonerações de combustíveis, a dívida pública cairia menos em 2022, chegando a 79,2%, e voltaria a subir com mais força em 2023, atingindo 84,1%.

Após incorporar em seus cenários o PLP 18, o Barclays elevou em quase um ponto percentual sua projeção de dívida/PIB para 2022, agora em 77,7%, tanto por causa da diminuição das receitas quanto pelo PIB nominal menor, com uma inflação supostamente mais baixa. "Não descreira o trem, mas limita a melhora circunstancial de 2022", diz Roberto Secemski, economis-

ta-chefe para Brasil do banco.

Ele alerta que o que Brasília pode chamar de "excesso de receitas", para justificar as medidas, se dá em relação ao Orçamento previsto, mas não é suficiente para estabelecer um superávit primário consistente para o país. "E, quando a gente vê cortes permanentes de impostos feitos em momentos em que os principais 'drivers' de surpresa são preços de commodities — que estão em alta hoje, mas podem estar em baixa à frente —, surgem preocupações", diz Secemski. As propostas, nota ele, também vão ficando mais arrojadas, incluindo não só redução de impostos, mas também gastos acima do teto, como para a eventual compensação aos Estados, o que é um ponto de inflexão mais perigoso.

O mercado não necessariamente reage aos riscos na mesma medida, em parte, porque os dados para este ano ainda devem ser relativamente bons, observa Secemski. O acompanhamento do Barclays indica um déficit primário do governo central de 0,2% do PIB em 2022, o que ainda seria o melhor número desde o resultado positivo de 2013. Para o setor público consolidado, a expectativa é de ligeiro superávit, de 0,1% do PIB. "Quantitativamente, não estamos falando de números que gerem uma preocupação imediata. Mas, qualitativamente, é ruim, porque é a segunda vez em cerca de seis meses que se discute mudança do teto", diz Secemski, em referência ao debate sobre os precatórios no fim de 2021. "Uma regra que muda com frequência não é uma regra".

Mesmo com as desonerações de curto prazo, o endividamento deve ser melhor em 2022 do que o projetado inicialmente, mas, a partir de 2023, o cenário é "muito nebuloso", segundo Jefferson Bittencourt, economista da ASA Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional.

Do lado das despesas, "não sabemos sob qual arcabouço fiscal estaremos", diz ele, por causa do cenário pós-eleitoral. Do lado das



Roberto Secemski, do Barclays: mudanças constantes de regra fiscal deixam informações qualitativamente ruins

receitas, há dúvidas a respeito do caráter temporário ou não de certas desonerações deste ano.

Apesar de incertezas sobre a implementação das medidas, o monitoramento do Santander continua indicando um pequeno déficit ou um número próximo de zero para o setor público consolidado neste ano. Na semana passada, antes mesmo da aprovação final do PLP 18, o Itaú Unibanco já tinha revisado sua projeção de primário em 2022 de superávit de 0,5% para um resultado zero, apesar de ter melhorado o déficit em 2023 de 0,3% para 0,1% do PIB, assumindo a hipótese de não perpetuação das medidas de redução de tributos.

Com o aperto da política monetária, nem seria preciso uma piora muito significativa do primário para fazer a dívida crescer em 2023, observa Bittencourt. "A Selic média de 2022 deve ser mais baixa que a de 2023, ou seja, na média, você vai estar se financiando mais caro no ano que vem. Além disso, devemos ter menos inflação, então esse 'efeito denominador' vai ser menor, e, eventualmente, [haverá] menos crescimento", diz.

## Dois Estados ultrapassam limite de gasto com pessoal

Estevão Talar  
De Brasília

O Rio Grande do Norte e o Acre ultrapassaram no primeiro trimestre deste ano o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a relação entre despesa total do Executivo com pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL). Os dados fazem parte do Relatório de Gestão Fiscal, com foco nos Estados e no Distrito Federal, divulgado ontem pelo Ministério da Economia.

O limite estabelecido pela LRF é de 49%, e os indicadores de Rio Grande do Norte e Acre alcançaram, nos quatro primeiros meses de 2022, respectivamente 52,10% e 49,16%. Ambos são os únicos a ultrapassarem a régua em 2022, respectivamente de 49%. Já o Estado mais próximo do limite é Minas Gerais, com indicador de 47,96%.

No caso da relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL, todos os Estados "estão dentro do limite de duas vezes o valor da RCL", segundo o pasta.

Os quatro entes que têm as maiores relações apresentaram queda no indicador na comparação com o fim do ano passado. São eles: Rio de Janeiro, de 199% para 174%; Rio Grande do Sul, de 183% para 163%; Minas Gerais, de 169% para 153%; e São Paulo, de 127% para 120%.

Além disso, nos primeiros quatro meses do ano, três Estados apresentaram um volume de precatórios sobre a RCL acima de 20%: Rio Grande do Sul (22%), Distrito Federal (21%) e Rondônia (20%).

"Na outra ponta, dois Estados não possuem precatórios: Alagoas e Amazonas", afirma o relatório divulgado pelo Ministério da Economia.

# Monitor do PIB projeta expansão de 1,8% no trimestre até abril

Alessandra Saraiva  
Do Rio

A economia brasileira cresceu 0,3% em abril ante março, com altas de 1,8% no trimestre finalizado em abril ante imediatamente anterior; e de 2,8% no trimestre até abril ante igual período em 2021, na leitura do Monitor do PIB, anunciado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para Claudio Considera, economista da FGV e responsável pelo indicador, os bons resultados foram impulsionados por fortes altas em consumo das famílias e demanda por serviços. Mas, no entendimento do especialista, as altas intensas em consumo e em

demanda por serviços não são muito sustentáveis.

Isso porque são influenciadas por efeitos sem duração no longo prazo, como demanda reprimida por serviços, não muito procurados nos dois anos de pandemia; e por redes adicionais, que se concentram no segundo trimestre. Assim, para o especialista, a variação do PIB de 2022 ante ano passado estaria caminhando para taxa de até 2% — ante taxa de 4,6% no ano passado, em relação a 2020.

Considera ponderou que os números mostram clara reação, tanto em consumo das famílias quanto em serviços, ante igual mês no ano passado. Em abril o

consumo das famílias cresceu 7,6% ante março, melhor resultado desde maio de 2021 (12%). Na mesma comparação, a atividade de serviços avançou 4,1%. No trimestre encerrado em abril ante igual período em 2021 os avanços nesses dois tópicos foram, respectivamente, de 4,8% e 4,1%.

Considera lembrou que em abril as pessoas estavam mais propensas às atividades presenciais, bem como à circulação social quando comparado a igual período do ano passado. O avanço da vacinação contra covid-19 desde então permitiu que ritmo de mortes pela doença diminuisse e, com isso, o medo das pessoas de voltar às ruas. Isso favore-

ce aumento de consumo de serviços, como bares e restaurantes.

Abril contou com começo de pagamento de saque de R\$ 1 mil do FGTS, bem como antecipação de 13º salário para aposentados e pensionistas, ações adotadas pelo governo para impulsionar a economia. Isso gerou maior ao consumo das famílias, no mês, notou.

Questionado sobre sustentabilidade de alta no ritmo da economia, Considera foi cauteloso. Comentou que tanto o saque do FGTS quanto o 13º salário antecipado não vão continuar a ocorrer. Ao mesmo tempo, ele não vê continuidade, na mesma magnitude, de demanda por serviços até fim de 2022. Há limites para impacto de

demanda reprimida de serviços, no acesso do consumidor à essa atividade, notou ele.

"Não tem fôlego. Essas coisas se esgotam, essas vendas extras. E temos ainda redução de poder de compra das famílias com avanço da inflação", lembrou ele.

Outro aspecto importante na atividade é o comportamento de investimentos, na economia, ainda em trajetória fraca, também na ótica do Monitor do PIB. Os investimentos são grande indutor de empregos, bem como de ritmo sustentável na cadência de crescimento do PIB, lembrou ele. E, no indicador da fundação anunciado ontem, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que

representa investimentos na economia, caiu 4,6% em abril ante abril do ano passado, a quinta queda consecutiva nessa comparação, informou ele. "A indústria de máquinas e equipamentos está muito ruim", comentou ele. No Monitor do PIB da FGV, o volume de máquinas e equipamentos caiu 10,7% no trimestre encerrado em abril, em relação a igual período em 2021.

Assim, o especialista comentou que, em sua análise e com as informações até o momento, as projeções de alta do PIB para 2022 seriam mais entre 0,9%, 1%, podendo chegar a 2% — mas não ultrapassando 2%. "Não deve passar disso", reiterou ele.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Brasil **Caderno:** A **Página:** 4